

As empresas convertem-se num verdadeiro bem coletivo

Mario Sartf
SAO PAULO

A regulamentação das empresas já não dependem do enfrentamento histórico entre sindicatos e patrões, mas de um diálogo social muito mais amplo. Além dos assalariados e da gerência, estão se consolidando novos atores (acionistas, consumidores, poderes públicos, ONGs) que interve-nham de forma atuante para que a empresa converta-se definitivamente em um bem coletivo, assumindo suas responsabilidades sociais e ambientais.

Nas últimas décadas, a pressão social e midiática, junto com os protestos dos trabalhadores, levaram as companhias nacionais e transnacionais a adoção de um enfoque mais solidário e aprovação de códigos de conduta, assumindo compromissos com a sociedade, e com as auditorias sociais (na qual as ONGs tem um papel fundamental).

Além disto, em muitos países foram criados marcos jurídicos necessários para a pro-

moção das negociações entre as empresas e os novos atores, favorecendo aquelas que promovam participações nas gestões empresariais; levando as empresas a exercer sua responsabilidade com a sociedade e o meio ambiente –incluindo cláusulas sociais na atribuição de concursos públicos– e favorecendo o consumo de produtos biológicos e equitativos, sobretudo nas administrações públicas.

Por outro lado, os cidadãos foram eleitos reguladores cruciais do mercado global. Além da participação nos diálogos sociais com as empresas nacionais, e multinacionais, estão sendo reforçadas as alianças entre sindicatos e ONGs –inclusive no Sul –utilizando o boicote em casos de ações concentradas entre sin-

dicatos, consumidores, promovendo em troca, o comércio justo e o consumo ético.

Definitivamente, as iniciativas privadas dos próprios diretores das empresas registradas na regulamentação pública, que foram negociadas em conjunto com os atores envolvidos e controladas pela pressão da sociedade civil, estão transformando substancialmente o paradigma econômico vigente até agora.

Sem dúvida, está sendo negociada em escala internacional uma maior regulamentação supra-nacional, além da pressão da opinião pública, sobre as empresas transnacionais que não atuam responsabilmente, confirmando delitos contra os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais.



Notícia 10 inspirada no Caderno de Propostas: **Empresas e solidariedade**, coordenado por Martial Cozette

Coleção de Notícias Desejáveis (1) inspiradas em 25 Cadernos de Propostas da Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário, www.alliance21.org

As empresas convertem-se num verdadeiro bem coletivo

Mario Sartf
SAO PAULO

A regulamentação das empresas já não dependem do enfrentamento histórico entre sindicatos e patrões, mas de um diálogo social muito mais amplo. Além dos assalariados e da gerência, estão se consolidando novos atores (acionistas, consumidores, poderes públicos, ONGs) que interve-nham de forma atuante para que a empresa converta-se definitivamente em um bem coletivo, assumindo suas responsabilidades sociais e ambientais.

Nas últimas décadas, a pressão social e midiática, junto com os protestos dos trabalhadores, levaram as companhias nacionais e transnacionais a adoção de um enfoque mais solidário e aprovação de códigos de conduta, assumindo compromissos com a sociedade, e com as auditorias sociais (na qual as ONGs tem um papel fundamental).

Além disto, em muitos países foram criados marcos jurídicos necessários para a pro-

moção das negociações entre as empresas e os novos atores, favorecendo aquelas que promovam participações nas gestões empresariais; levando as empresas a exercer sua responsabilidade com a sociedade e o meio ambiente –incluindo cláusulas sociais na atribuição de concursos públicos– e favorecendo o consumo de produtos biológicos e equitativos, sobretudo nas administrações públicas.

Por outro lado, os cidadãos foram eleitos reguladores cruciais do mercado global. Além da participação nos diálogos sociais com as empresas nacionais, e multinacionais, estão sendo reforçadas as alianças entre sindicatos e ONGs –inclusive no Sul –utilizando o boicote em casos de ações concentradas entre sin-

dicatos, consumidores, promovendo em troca, o comércio justo e o consumo ético.

Definitivamente, as iniciativas privadas dos próprios diretores das empresas registradas na regulamentação pública, que foram negociadas em conjunto com os atores envolvidos e controladas pela pressão da sociedade civil, estão transformando substancialmente o paradigma econômico vigente até agora.

Sem dúvida, está sendo negociada em escala internacional uma maior regulamentação supra-nacional, além da pressão da opinião pública, sobre as empresas transnacionais que não atuam responsabilmente, confirmando delitos contra os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais.



Notícia 10 inspirada no Caderno de Propostas: **Empresas e solidariedade**, coordenado por Martial Cozette

Coleção de Notícias Desejáveis (1) inspiradas em 25 Cadernos de Propostas da Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário, www.alliance21.org